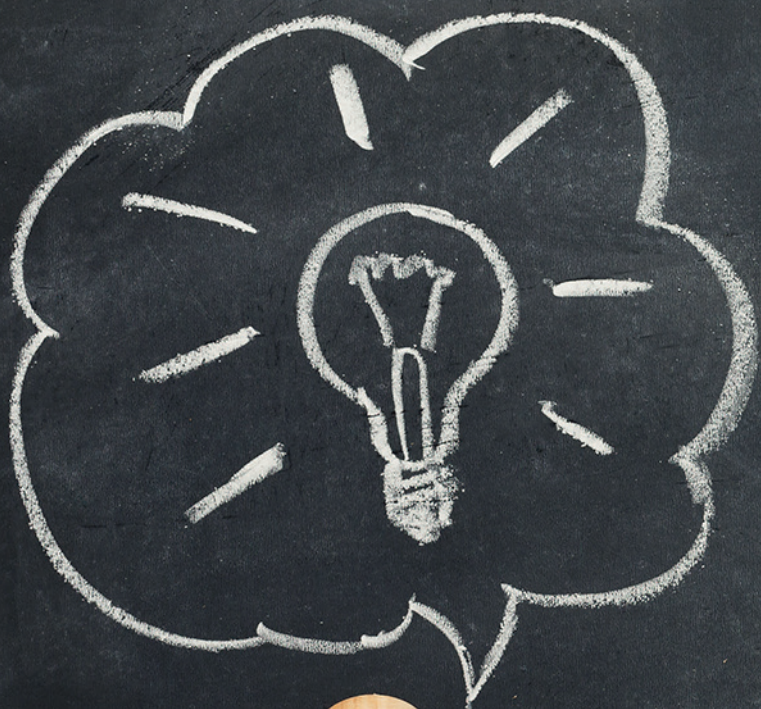


Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas
na Educação
2**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819121	
CAPÍTULO 2	13
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819122	
CAPÍTULO 3	25
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Morais Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819123	
CAPÍTULO 4	37
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenilto Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819124	
CAPÍTULO 5	49
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819125	
CAPÍTULO 6	63
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlele Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819126	

CAPÍTULO 7	73
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819127	
CAPÍTULO 8	81
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819128	
CAPÍTULO 9	93
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819129	
CAPÍTULO 10	96
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191210	
CAPÍTULO 11	100
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191211	
CAPÍTULO 12	111
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191212	
CAPÍTULO 13	126
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191213	
CAPÍTULO 14	143
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191214	

CAPÍTULO 15	154
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)	
<i>Alboni Marisa Dudgeon Pianovski Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191215	
CAPÍTULO 16	161
POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA	
<i>Vívia Carvalho de Araújo</i>	
<i>Núbia Schaper Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191216	
CAPÍTULO 17	173
POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)	
<i>Juliane Kelly de Figueiredo Freitas</i>	
<i>Josanilda Mafra Rocha</i>	
<i>Lenina Lopes Soares Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191217	
CAPÍTULO 18	184
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO	
<i>Tatiana Das Mercês</i>	
<i>Michele Pazolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191218	
CAPÍTULO 19	198
POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS	
<i>Cristina Almeida da Silva</i>	
<i>Márcia Häfele Islabão Franco</i>	
<i>Fábio Yoshimitsu Okuyama</i>	
<i>Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191219	
CAPÍTULO 20	208
PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010	
<i>Eleuzzy Moni do Carmo Jesus</i>	
<i>Rosemara Perpetua Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191220	
CAPÍTULO 21	218
QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?	
<i>Mario Ruela Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191221	
CAPÍTULO 22	234
QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA	
<i>Zenilda Maria de Sousa Paniago</i>	
<i>Maria Cecília Lorea Leite</i>	

DOI 10.22533/at.ed.97018191222

CAPÍTULO 23 243

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

Liane Vizzotto

Berenice Corsetti

DOI 10.22533/at.ed.97018191223

CAPÍTULO 24 251

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

José Ariosvaldo Alixandrino

Luciane Silva de Souza Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.97018191224

SOBRE A ORGANIZADORA 260

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL

Juvenildo Soares Nascimento

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia-GO

Lucas Lourenço Silva

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia-GO

Maria Esperança Fernandes Carneiro

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia-GO

RESUMO: Este capítulo tem por objetivo apresentar uma análise do atual modelo de financiamento da educação superior, que promove com recursos públicos o crescimento da rede privada. Para tal, empregou-se o método materialista histórico. Assim, buscou-se garantir a construção histórica dessa relação, em que a educação brasileira – de ensino já marcadamente dual – no final do século passou a se orientar pelos valores neoliberais, que prezam sobretudo pela concessão quase irrestrita dos serviços públicos à iniciativa privada. Embora o financiamento da educação superior privada com fundos públicos seja histórico, observou-se que, dentre outras coisas, desde o início dos anos 1990 vem ocorrendo expressivo crescimento desse tipo de investimento, especialmente nos cursos de graduação. Entretanto, contraditoriamente esse mecanismo tem contribuído também para

considerável expansão no acesso a esse nível de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Financiamento. Educação superior. Relação público-privado.

ABSTRACT: This chapter aims to present an analysis of the current financing model of higher education, which promotes the growth of the private network with public resources. For this, the historical materialist method was used. Thus, the aim was to ensure the historical construction of this relationship, in which Brazilian education - which was already markedly dual - at the end of the century began to be guided by neoliberal values, which prized above all the almost unrestricted concession of public services to private initiative. Although the financing of private higher education with public funds is historical, it has been observed that, since the beginning of the 1990s, there has been a significant growth in this type of investment, especially in undergraduate courses. However, contradictorily, this mechanism has also contributed to a considerable expansion in access to this level of education.

KEYWORDS: Neoliberalism. Financing. College education. Public-private relationship.

INTRODUÇÃO

Compreender as causas do financiamento público por meio de programas que beneficiam as instituições privadas demanda uma consulta à história, uma vez que essa prática resistiu por distintas orientações de ordem política e econômica. Portanto, torna-se essencial conhecer as condições históricas que orientam o atual contexto.

Uma vez que as atuais políticas de financiamento da educação se orientam pelos princípios neoliberais, é igualmente necessário conhecer sua história e esses seus princípios.

Dessa forma, o objetivo principal deste artigo é o de analisar o atual modelo de financiamento da educação, compreendendo-o no contexto de seu processo histórico. Pretende-se, assim, que se compreendam os motivos de o Estado insistir em programas que promovem a iniciativa privada, acentuadamente na educação superior.

O presente capítulo se estrutura em dois tópicos: o primeiro faz uma incursão histórica, abordando a origem da sociedade moderna, o surgimento do neoliberalismo e os seus princípios fundamentais; o segundo tópico discute o processo de aplicação da lógica neoliberal à educação brasileira, que já apresentava um histórico de desigualdades em seu sistema dual de ensino.

A atenção aqui dispensada a esse tema decorre de preocupações com os rumos que as políticas de financiamento vêm conferindo à educação brasileira.

1.1 Neoliberalismo: contexto histórico e princípios

A sociedade moderna se estabeleceu devido às necessidades e às circunstâncias daquele momento histórico, explicitando a correlação de forças entre as classes sociais. Enquanto a sociedade feudal entrava em decadência, a burguesia se fortalecia com a colonização da América e o aquecimento nos mercados das Índias Orientais e da China. Por sua vez, o aumento da demanda de mercado encontrou solução na divisão de trabalho que o novo modo de produção impunha naquele contexto histórico (MARX; ENGELS, 2010; 2014).

Segundo Marx e Engels (2014) as crises são próprias do modelo capitalista. Na busca por sua perpetuação, ao longo dessas crises assume novas formas.

O neoliberalismo é uma dessas formas. Esse rearranjo do capital adota o princípio de “Estado mínimo”, em contraposição ao de “Estado benfeitor”. Dessa forma, apenas os serviços mínimos necessários deveriam ser oferecidos pelo Estado à sociedade, visando à abertura de mercado à iniciativa privada, ao passo que provoca a desoneração e desresponsabilização do Estado.

Para neoliberais como Hayek (1983), o mercado tem seus mecanismos próprios de ajustamento, e creditam as crises às políticas públicas. Essa é a razão pela qual entendem que o Estado não deve intervir nas relações do mercado.

Para o neoliberalismo, o princípio da liberdade se estende às atividades do mercado. Igualmente, o princípio da individualidade que pregam, está amparado

fundamentalmente na lógica de concorrência e de competição. Portanto, esses princípios seriam tão importantes que justificariam, inclusive, as desigualdades sociais. Esses são os motivos pelos quais abominam políticas estritamente sociais promovidas pelo Estado. Aliás, as desigualdades seriam necessárias ao desenvolvimento. É o que expressa o principal expoente do neoliberalismo:

Se, em escala internacional, até grandes desigualdades podem auxiliar o progresso de todos, pode haver dúvida de que o mesmo ocorra em âmbito nacional? Neste caso, também, a rapidez do progresso geral aumentará graças àqueles que avançam mais depressa. Ainda que, inicialmente, muitos fiquem para trás, o efeito cumulativo dos esforços daqueles que, mais à frente, abrem caminho para que, em breve, todos possam avançar no mesmo ritmo. [...]. (HAYEK, 1983, p. 48).

O que o neoliberalismo pretende com esse tipo de discurso é valorizar o capital em detrimento da pessoa humana, além de promover a meritocracia, que se ampara na lógica mais insensível do capital. Assim, ao empregar eufemismos para velar as injustiças sociais, busca atribuir o fracasso exclusivamente às qualidades próprias do indivíduo, na tentativa de ocultar as influências do meio social e das condições objetivas de cada sujeito (BIACHETTI, 2001).

Segundo Gentili (2013, p. 217):

[...] o neoliberalismo expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do final dos anos 1960 e começo dos 1970. O(s) neoliberalismo(s) expressa(m) a necessidade de restabelecer a hegemonia burguesa no quadro desta nova configuração do capitalismo em um sentido global.

Nesses termos, o autor entende que o neoliberalismo só tem existência em razão das condições históricas que se apresentam. Assim, ele se insere em um dos processos de mudança e rupturas próprios do desenvolvimento capitalista. O neoliberalismo representa, portanto, mais um período provocado pela adaptação do sistema capitalista no intuito de se perpetuar (GENTILI, 2013).

1.2 A lógica neoliberal em educação e o financiamento da educação superior privada com recursos públicos

A lógica neoliberal de Estado Mínimo não poupa serviços. Mesmo áreas importantes como a educação têm sido alvo de seu princípio fundamental de abertura sem reservas do máximo de serviços ao mercado.

A reforma setorial na educação promovida pela doutrina neoliberal indica atender a interesses específicos, conforme assinala Abdian (2010, p. 51):

[...] a reforma educacional brasileira da década de 1990 privilegiou (talvez ainda venda privilegiando) questões relacionadas aos aspectos financeiros e à adequação do sistema educacional à lógica do capitalismo, mediante, entre outros aspectos, redefinição do sistema de financiamento e regulação da política com a

Desde a década de 1990 a política educacional se orienta sob a tutela de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. O primeiro evento promovido por essas instituições foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, no ano de 1990, em Jomtien (Tailândia).

Assim, recomendações provenientes dessa Conferência e de alguns fóruns sob a promoção de organismos multilaterais passaram a ditar a política educacional dos países signatários, dentre os quais está o Brasil. Como consequência, de uma forma ou de outra, nesses países signatários registrou-se redução dos investimentos em educação, na medida em que houve transformação do modelo de Estado administrador. Dessa forma, promoveu-se a privatização de muitos setores e serviços de sustentação das políticas sociais, dentre os quais muitos relacionados à educação.

Acerca da privatização, Vieira e Vidal (2014) ao tratarem da indistinção histórica entre o público e o privado na educação brasileira, dá destaque ao capítulo dos últimos vinte anos. Elas destacam:

- o avanço das redes privadas nas possibilidades de recebimento de verbas públicas, nos dispositivos legais – como na Constituição Federal de 1988 e na LDB em 1996, por exemplo;
- o aumento expressivo na oferta da educação superior privada, a partir de programas governamentais que dão subsídios financeiros e fiscais por meio de programas de financiamento e bolsas;
- o fortalecimento do denominado “Sistema S” na educação profissional;
- a participação de grandes editoras internacionais no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), além dos “sistemas apostilados de ensino”.

Aliás, essa indistinção já ocorria no Brasil desde o período colonial. Vieira e Farias (2011) esclarecem que os portugueses colonizaram o país visando à exploração das riquezas naturais. As ações educativas que se deram por ocasião da instalação jesuítica em território brasileiro foram com o objetivo precípuo de assegurar condições para essa exploração. Assim, ao conquistar os índios pela fé, estariam facilitando a dominação e apropriação portuguesa das riquezas brasileiras (VIEIRA; FARIAS, 2011).

Com essa missão inicial cumprida, a estrutura educacional criada pelos jesuítas voltou sua atenção principalmente à formação dos filhos da elite colonial. Foram quase duzentos anos de monopólio jesuítico na educação. Para Vieira e Farias (2011), os jesuítas foram expulsos em 1759 sob ordens do Marquês de Pombal, não por razões didáticas, pedagógicas ou estruturais. Antes, a preocupação política teria sido a real motivação, dados os prestígios político e econômico conquistados à época pela Igreja Católica.

Contudo, apenas em 1772 se criou a primeira garantia legal de financiamento à educação em território brasileiro, conhecida como “Subsídio Literário”. A morosidade para sua criação e sua fragilidade é, pois, uma demonstração evidente de que não foi a preocupação com a melhoria da educação a real motivação da expulsão dos jesuítas. Além disso, a natureza tardia e frágil do “Subsídio Literário” já era indício de que a criação de uma estrutura educacional pública tardaria.

Dali a quase dois séculos, ocorreria um embate significativo entre os interesses privado e público na educação brasileira, ao longo da década de 1930. De um lado, intelectuais defendiam a educação pública por meio de diversas ações, dentre as quais o Manifesto dos Pioneiros em 1932. De outro, o empresariado industrial se organizava para defender interesses privados no campo educacional (RODRIGUES, 2007).

Anos depois essa mobilização do empresariado ganhou forças com os interesses também da Igreja Católica. Desse modo, esses interesses privados na educação foram parcialmente contemplados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 4.024 de 1961. O conflito mais intenso entre os interesses públicos e privados diz respeito ao repasse de fundos públicos para instituições particulares.

Já em 1992, embora o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC) tenha sido criado a fim de proporcionar o financiamento de curso superior em Instituição Privada, a criação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) – criado em 27 de maio de 1999 – ampliou os recursos destinados. O FIES manteve a responsabilidade de o aluno contemplado pagar pelo financiamento após a conclusão do curso. Ambos os programas já representavam um incentivo com recursos públicos às instituições privadas. (BRASIL, 1992; BRASIL, 1999)

No entanto, em meados da década de 1990, a investida da iniciativa privada no campo educacional ganhou dimensões ainda mais expressivas. As razões são várias. A primeira e mais significativa delas é exatamente a orientação neoliberal dos governos que se seguiram, já que o neoliberalismo impôs sua cartilha no Brasil mais precisamente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se iniciou em 1995.

Carvalho (2013) lista uma série de razões. Algumas delas são expressões, naturalmente, do neoliberalismo:

No Brasil, o fenômeno de mercantilização acentua-se no final da década de 1990, no bojo do processo de globalização e de disseminação das tecnologias de informação, e manifesta-se, conforme salienta Romualdo Oliveira (2009), por meio da oferta direta de cursos presenciais e à distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e softwares), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor. (CARVALHO, 2013, p. 766).

Carvalho (2013) destaca um contexto propício para a expansão da rede privada, na educação superior especificamente. A autora aponta crescimento expressivo tanto

nos modelos lucrativos quanto nos modelos não lucrativos a partir de 1995. Para ela, as condições ficaram tão favoráveis à educação privada que até estabelecimentos não lucrativos se tornaram empresas educacionais, o que ocorreu de forma mais acentuada de 1995 a 2002.

Na percepção de Bucci e Mello (2013, p. 1), a iniciativa privada teria desempenhado papel importante na “democratização do acesso” à educação superior, a partir de políticas do governo federal:

Dentre as medidas que compuseram a política de expansão da educação superior com democratização do acesso, três instrumentos merecem destaque, em vista de seus efeitos articulados sobre o panorama da oferta da educação superior no país: o Prouni (Programa Universidade para Todos), o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em sua versão reformulada e o SISU (Sistema de Seleção Unificada). A reestruturação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), também importante nesse cenário, será comentada mais adiante.

Ao afirmar que houve democratização do acesso à educação superior, os autores entraram em uma discussão polêmica. Isso porque, para uma democratização efetiva do acesso, é essencial que essa oferta atenda realmente à demanda, permitindo que as classes sociais desprivilegiadas e os grupos também historicamente excluídos sejam plenamente atendidos em seus anseios de acesso à educação superior.

Tanto a oferta de vagas ainda limitadas quanto as políticas afirmativas que ainda não dão conta do grande contingente que continua excluído são aspectos comprobatórios de que a democratização de acesso à educação superior ainda não se efetivou.

O que também incontestavelmente aconteceu foi uma ampliação significativa do acesso à educação superior. Destaca-se, portanto, que essa ampliação do acesso e as políticas assertivas adotadas dizem respeito a etapas de um processo de democratização.

Assim, observando o histórico da ampliação de acesso, é possível verificar o quão distante o país ainda está dessa democratização, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas. Igualmente, destaca-se o prevaletimento da rede privada nos cursos de graduação:

Ano	Total de matriculados	Matriculados pública	Matriculados particular
1991	1.565.056	605.736	959.320
1992	1.535.788	629.662	906.126
1993	1.594.668	653.516	941.152
1994	1.661.034	690.450	970.584
1995	1.759.703	700.540	1.059.163
1996	1.868.529	735.427	1.133.102
1997	1.945.615	759.182	1.186.433
1998	2.125.958	804.729	1.321.229
1999	2.369.945	832.022	1.537.923
2000	2.694.245	887.026	1.807.219

2001	3.030.754	939.225	2.091.529
2002	3.479.913	1.051.655	2.428.258
2003	3.887.022	1.136.370	2.750.652
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405
2005	4.453.156	1.192.189	3.260.967
2006	4.676.646	1.209.304	3.467.342
2007	4.880.381	1.240.968	3.639.413
2008	5.080.056	1.273.965	3.806.091
2009	5.115.896	1.351.168	3.764.728
2010	5.449.120	1.461.696	3.987.424
2011	5.746.762	1.595.391	4.151.371
2012	5.923.838	1.715.752	4.208.086
2013	6.152.405	1.777.974	4.374.431
2014	6.486.171	1.821.629	4.664.542
2015	6.633.545	1.823.752	4.809.793
2016	6.554.283	1.867.480	4.686.803

Tabela 1 – Histórico de matrículas nas graduações presenciais, por categoria administrativa – Brasil 1991-2016

Fonte: INEP (2017).

A tabela 1 permite identificar uma estratégia eficiente do neoliberalismo no Brasil: não atacou diretamente o ensino público superior para se livrar do desgaste, uma vez que a universidade pública conta com o prestígio de ser de qualidade. Por outro lado apostou no crescimento da atuação privada.

Esse histórico de 25 anos revela que a rede pública triplicou a oferta de vagas em cursos presenciais ao passo que a rede privada quase quintuplicou. Quando se analisam todas as ofertas – presencial e à distância –, os números apontam um favorecimento ainda maior à ampliação de mercado.

Categorias administrativas	Total de matrículas
Pública	1.990.078
Privada	6.058.623
Total	8.048.701

Tabela 2 – Matrículas de graduação presenciais e à distância - relação público x privado (2017)

Fonte: INEP (2017).

É evidente que essa ampliação de acesso não se traduz na conclusão de todos os matriculados. O índice de desistência é elevado, mantendo-se por volta dos 50% nos últimos anos. Isso revela uma característica bem peculiar das políticas neoliberais: voltam-se para um indicador final e tendem a ignorar o processo e as condições materiais do processo e dos sujeitos envolvidos.

O histórico do crescimento na oferta de bolsas de estudo do Prouni nos permite compreender o motivo da forte expansão da rede privada de educação superior. Permite identificar também a orientação neoliberal da política pública no intuito de

promover ao mercado a educação superior. As somas generosas de verba pública destinada à educação privada – a pretexto de se ofertar bolsas de estudo – é um indicador dessa orientação.

No entanto, o orçamento do Prouni não representa gastos diretos, suas verbas dizem respeito à isenção de impostos federais, de modo que os recursos públicos que seriam provenientes destes impostos são cooptados para a rede privada. A expansão intensa da rede particular atesta que essa fórmula de financiamento não deixa de ser promissora.

A oferta crescente de bolsas de estudo, conforme se pode observar no gráfico adiante, tem a intenção implícita de impulsionar esse mercado. É a lógica do capital em ação. Se há quem paga, há quem oferte a mercadoria. Esta, no caso, é a educação já mercantilizada.

PROUNI - Bolsas de estudo - de 2005 a 2014

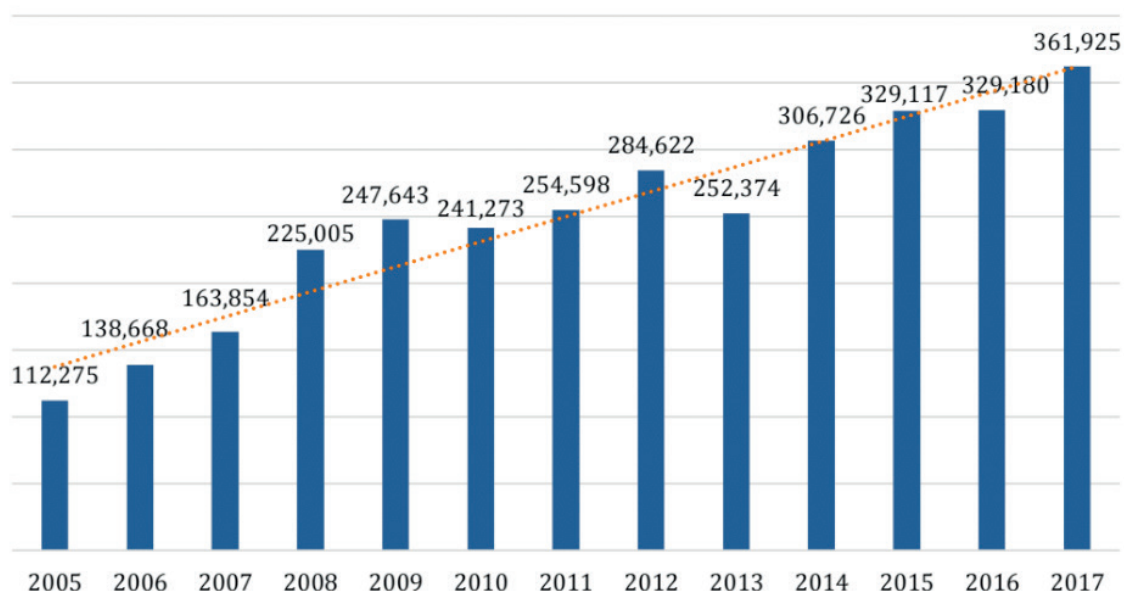


Gráfico 1 – Histórico das bolsas de estudo do Prouni desde sua criação

Fonte: MEC (2017).

A linha de tendência indica que essa política de financiamento privado com dinheiro público não apenas apresenta uma indistinção entre o público e o privado, como aponta para a natureza um tanto estável de crescimento dessa indistinção. Assim, mesmo em uma gestão de austeridade e cortes indiscriminados, o governo de Michel Temer vem dando continuidade à tendência crescente de investimento na rede privada de educação superior.

Outro aspecto que se destaca, na política de repasse de verbas públicas a Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, é o prestígio alcançado por estas. Para Rodrigues (2007) essas instituições passaram a gozar de tanto privilégio financeiro que:

[...] a mais remota possibilidade de controle estatal sobre a educação superior

privada ou a cobrança regular de impostos e tributos parecem ameaçar a liberdade de exploração do mercado educacional superior em expansão. Essas supostas e tênues ameaças à “liberdade de mercado” têm gerado enérgicos protestos dos empresários da educação superior e contribuído para acirrar a concorrência e a busca de diferenciação institucional. (RODRIGUES, 2007, p. 21).

Nesse comentário, aliás, se percebe a intenção do capital em não sofrer regulação. Daí a razão de o neoliberalismo apregoar tanto a não regulação do mercado pelo Estado. Essa sua influência no Estado a fim de atender seus próprios interesses já caracteriza uma indistinção entre o público e o privado.

Castro e Cabral Neto (2014) destacam o crescimento no sistema público no período compreendido entre 2004 e 2012, mas salientam que não foi suficiente para o fortalecimento da educação como bem público. Principalmente porque o setor privado ainda se desenvolve às custas dos recursos públicos. Os autores esclarecem que essa ampliação do acesso à educação superior não assegurou a democratização desse acesso, que continua limitado.

Corroborando com esse raciocínio, o Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2015) apresenta que apenas 14% da população com idade entre 25 e 64 anos conseguiram concluir a graduação até o ano de 2013 no Brasil.

Aliás, apesar de as medidas governamentais do governo Lula a partir de 2003 – e mantidas pelo governo Dilma – não terem rompido com a política neoliberal e privatista, o Manifesto da ANPED (2015), nos alerta que as conquistas adquiridas quanto à educação superior pública, ainda que aquém da necessidade brasileira, encontram-se ameaçadas.

Nesse manifesto, a ANPED denunciou um novo acordo internacional, que seria discutido na conferência geral da OMC, em Nairobi, Kênia, de 15 a 18 de dezembro de 2015. Denominado Acordo sobre Comércio de Serviços (AsCS), ou *Trade in Services Agreement* (TiSA), atualizaria o Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS), em vigor desde 2003, com uma proposta de expansão do comércio mundial de serviços. Em suma, seu conteúdo propõe a “redução das barreiras nacionais que impedem que empresas de qualquer país possam atuar, em qualquer setor, em outros países ou regiões” (ANPED, 2015, p.3).

Esse acordo representa apenas a formalização de um movimento internacional, voltado a fazer valer o Acordo sobre o Comércio de Serviços, que representa uma proposta ultraliberal. Fazer aprovar tal acordo seria uma estratégia para fazer a Organização Mundial do Comércio (OMC) agora aceita-lo, já que em um primeiro momento a proposta foi rejeitada pela OMC. Um dos pontos que se destacariam nesse acordo é a privatização cada vez mais intensa, legitimada e protegida de um eventual processo de reestatização (DRUMMOND, 2015).

Portanto, assim como os impactos neoliberais se fazem valer, o TiSA imprimiria à educação brasileira um retrocesso intenso, pela privatização generalizada, onde a

prioridade do mercado se sobreporia ainda mais à do ser humano.

Tais incertezas e retrocessos são típicos do sistema capitalista, das suas frequentes crises e igualmente frequentes rearranjos. Quanto mais intensas essas crises, maiores o impacto sobre as políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1990, as ideias neoliberais encontraram portas abertas para diversas de suas estratégias no Brasil. Isso se deveu à estreita relação histórica do país com os princípios do liberalismo tradicional. A proposta neoliberal valoriza o mercado acima da pessoa humana.

A lógica neoliberal dos exames estandardizados não visa a atender a busca pela qualidade. Antes, é uma ferramenta do processo que desacredita o Estado, visando basicamente à justificação da privatização.

Observou-se que o financiamento do ensino privado com recursos públicos no Brasil é histórico e mais acentuado na educação superior. Nesse sentido, programas como o FIES e o PROUNI, por exemplo, são instrumentos idealizados para atender aos propósitos do neoliberalismo de abertura de mercado. Nesses termos, esse tipo de financiamento público em favor da esfera privada faz parte de uma política maior que prima pela abertura de mercado, via promoção do privado com recursos públicos.

Na contramão da ampliação do acesso à educação superior, destaca-se negativamente o alto índice de evasão. Essa intensa evasão denuncia o vício das políticas neoliberais de enfatizarem os “índices de sucesso” e o mercado, enquanto ignoram o processo e as condições materiais dos estudantes.

Contraditoriamente, não obstante a recomendação de austeridade com os gastos sociais do neoliberalismo, os avanços no crescimento da educação superior foram enormes, principalmente no que diz respeito à ampliação do acesso, que é uma condição essencial rumo à democratização do acesso. Além disso, permitiu uma melhora considerável no quadro de brasileiros com o curso superior.

Se nas últimas décadas os avanços na ampliação do acesso aos cursos de graduação foram significativos, o momento é de tensão, uma vez que as crises do capital impõem medidas cada vez mais austeras ao Estado e concomitantemente cada vez mais licenciosas ao mercado. Nesse momento o temor de muitos estudiosos diz respeito ao Acordo sobre o Comércio de Serviços, que representaria um retrocesso nas conquistas evidenciadas nas últimas décadas.

Ora, no contexto atual do Brasil esse receio é ainda mais justificado. Mesmo em uma gestão de austeridade e cortes indiscriminados, o governo de Michel Temer vem dando continuidade à tendência crescente de investimento na rede privada de educação superior, enquanto impõe cortes às instituições públicas.

Ademais, com o Estado brasileiro aumentando a “generosidade” desse tipo de

política de financiamento, os sucessivos aumentos no número de bolsas financiadas com dinheiro público naturaliza cada vez mais a indistinção entre o público e o privado.

REFERÊNCIAS

ABDIAN, G. Z. Escola e avaliação em larga escala: (contra)posições. In: WERLE, F. O. C. (Org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

ANPED. **Manifesto Contra o AsCS ouTiSA**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/website/noticias/288-manifesto-contra-o-asc-s-outisa>>. Acesso em 15 jul. 2018.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 8.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília: 27 dez. 1961.

_____. _____. Lei nº 8436, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. **Diário Oficial da União**, Brasília: 25 jun. 1992.

_____. MEC. **Quadros informativos**. 2017. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Medida Provisória nº 1827, de 24 de junho de 1999. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: 30 jun. 1999.

BUCCI, M. P. D.; MELLO, P. B. de. **Democratização e acesso à educação superior: parte I**. Opinião. Boletim Flacso Brasil. Rio de Janeiro, mar. 2013.

CARVALHO, C. H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 51, jul.-set. 2013.

DRUMMOND, J. **TISA: a pior ameaça aos serviços já vista**. Carta Capital, 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/tisa-a-pior-ameaca-aos-servicos-ja-vista-5750.html>>. Acesso em 15 jul. 2018.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HAYEK, F. A. **Os fundamentos da liberdade**. Trad. de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. de Frank Müller Konder. 3. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2010. (Coleção “A obra prima de cada autor”).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção “Vozes de Bolso”).

OCDE. **Education at a glance 2015**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2018.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

(Coleção polêmicas do nosso tempo).

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M. O público e o privado na educação: uma (in)distinção polêmica. In: BRZEZINKI, Í. (Org.). **LDB/1996 contemporânea**: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970